

# Relatório da Administração

**CONSTRUTORA SULTEPA S/A**  
**CNPJ 89.723.993/0001-33 – NIRE 43 3 0000235 7**

**COMPANHIA ABERTA**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

### **Em Recuperação Judicial**

A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas (“SULTEPA”), em Recuperação Judicial em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2015, e suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício de 2014, exceto quando especificado o contrário.

No decorrer do exercício de 2015 a Administração da Companhia encontrou na Recuperação Judicial o meio mais propício para reorganizar-se e ajustar suas operações com objetivo de honrar seus compromissos e voltar a crescer.

Em 03 de julho de 2015, conforme divulgado através do Fato Relevante, a Companhia em caráter de urgência, juntamente com as demais empresas do Grupo, ajuizou o Pedido de Recuperação, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre - Vara de Direito Empresarial Recuperação de Empresas de Falência de Porto Alegre. Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, publicou o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos.

Em 21 de Setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial, e este ainda encontra-se em análise.

### **1. PERFIL:**

Fundada em 1956, com base no objeto social, está apta em atuar no setor de infraestrutura, construção, e tem em seu portfólio a realização de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões de rodovias, barragens e montagens industriais. Além dessas atividades engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, locação de equipamentos e montagens industriais.

### **2. CENÁRIO EM 2015:**

O setor de infraestrutura sofreu, em 2015, uma queda de 14 % nos investimentos, enquanto que a redução do PIB foi de 3,8%, causados principalmente pela crise política fiscal e financeira do País. Como resultado disso, várias obras foram paralisadas por falta de pagamentos dos órgãos públicos, afetando os resultados na Companhia.

Nossa expectativa é de uma sensível recuperação para o segundo semestre de 2016 e uma melhora substancial para 2017. Não poderíamos deixar de citar que dos 1.7milhão dos quilômetros de estradas apenas 13% estão pavimentadas ou em condições de uso, nos fazendo acreditar que teremos muito a fazer e rápido, caso contrário, o País irá paralisar por falta de uma infraestrutura adequada.

### **3. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

O ano de 2015 foi marcado por dificuldades em todos os segmentos da economia, principalmente no setor de infraestrutura. Apesar do empenho da administração, através da consolidação do processo de reestruturação, da paralisação de obras que não estavam

## **Relatório da Administração**

gerando lucro, das negociações com parte dos credores, não foram suficientes para uma melhora dos resultados econômicos financeiros.

Neste contexto, e visando uma recuperação mais rápida, a Companhia apresentou o pedido de recuperação judicial, esperando, desta forma, a readequação do passivo a capacidade de geração de caixa, com objetivo principal de superar a atual crise juntamente com o setor na qual está inserida.

As despesas financeiras líquidas consolidadas foram de R\$ 68 milhões em 2015 contra R\$ 53 milhões em 2014, um aumento de 28,30%.

As despesas gerais e administrativas consolidadas foram de R\$ 38 milhões em 2015 contra R\$ 49 milhões em 2014 apresentaram uma redução de 22,45% em consequência dos esforços da administração na condução dos negócios e a consolidação do processo de reestruturação.

### **4. MERCADO DE CAPITAIS:**

Em 2015, as ações preferenciais da SULTEPA apresentaram uma desvalorização na ordem de 11,12% em comparação com o ano de 2014. Movimentou-se em torno de R\$ 592 mil, com 1.369 negócios realizados no período.

### **5. SUSTENTABILIDADE:**

O GRUPO SULTEPA, no exercício de 2015, reorganizou o organograma interno em função de ajustes necessários frente à nova situação econômica do País. Mesmo assim, manteve a atuação da Gestão Ambiental alinhada à alta administração do Grupo dando continuidade aos **Programas de Gerenciamento de Resíduos, Recuperação de Áreas Mineradas e Controle da Qualidade Ambiental** em todas as obras e unidades fixas.

Os Programas de Gerenciamento de Resíduos das obras e unidades fixas foram atualizados buscando reduzir ainda mais o desperdício de insumos e matéria-prima e, visando, consequentemente, a redução da geração de resíduos e dos custos envolvidos na sua destinação.

Quanto à recuperação de áreas mineradas, em 2015, foram mantidas as atividades de roçadas, e reposição de mudas nas áreas de recuperação ambiental das pedreiras. Também estão sendo desenvolvidos projetos de novos empreendimentos para reutilização de áreas mineradas, como aterros de resíduos de construção civil.

Para um melhor controle da qualidade ambiental, foram mantidas as rotinas de vistorias internas e externas para levantamento de oportunidades de melhorias e correção de eventuais não conformidades.

### **6. RECURSOS HUMANOS E PROJETOS SOCIAIS:**

O GRUPO encerrou o exercício de 2015 com efetivo de 284 colaboradores, portanto houve uma redução de 56,46% do quadro de funcionários. A folha de pagamento reduziu em 37,12%, manteve apenas os benefícios de alimentação, transporte e saúde.

A redução nos demais investimentos foi na ordem de 78,12%. Espera-se para 2016 um aumento na ordem de 23% em virtude do reinício das obras.

A Companhia está implantando o Programa de Integridade Corporativa – Compliance no processo de governança e de gestão.

### **7. PERSPECTIVAS PARA 2016:**

A atual conjuntura econômica leva a administração a trabalhar sob a expectativa de retomada do crescimento, principalmente, a partir do segundo semestre de 2016. Pelo que podemos considerar, o ano de 2015 foi um dos anos mais desafiadores para as empresas brasileiras, assim como, para o setor de infraestrutura.

## Relatório da Administração

Entendemos que nenhuma crise se resolve em curto prazo. O Governo tem que recuperar o equilíbrio fiscal e suavizar a recessão, uma das maiores de nossa história. Esperamos que novas medidas sejam adotadas e que o governo conscientize-se da relevância da infraestrutura, principalmente, como uma das principais geradoras de emprego do País.

Os investimentos em infraestrutura previstos no Programa de concessões e PPPs, não foram consolidados em 2015. Esperamos para segundo semestre de 2016, o Governo adote regras mais confiáveis para as concessões e infraestrutura e tais investimentos sejam concretizados.

Nossa projeção para 2016 alinha-se a mesma postura adotada ao longo de 2015, ou seja, espera-se um provável redirecionamento para as obras de infraestrutura que se encontram paralisadas e o início de novas obras.

O setor de saneamento continuará sendo um dos focos de atuação, sendo de vital importância para os brasileiros, onde 43% da população brasileira ainda não tem acesso a saneamento básico.

O Grupo Sultepa, aguarda a homologação do plano de Recuperação para 2016, e se manterá firme com objetivo ao qual se propôs, de manter os empregos dos seus funcionários e ampliar a área de atuação da Companhia.

### **8. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:**

Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que no exercício de 2015, nossos auditores independentes, a **UHY Moreira Auditores** não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### **9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:**

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, emitida em 07 de setembro, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes.

### **10. AGRADECIMENTO:**

Manifestamos os mais sinceros agradecimentos aos seus acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, comunidades em geral e em especial aos colaboradores pelos esforços, comprometimento, compreensão e apoio recebidos no decorrer de 2015.

Porto Alegre, 15 de junho de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

## Dados da Empresa / Composição do Capital

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	7.490
Preferenciais	5.110
<b>Total</b>	<b>12.600</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	919.975	836.768	780.293
1.01	Ativo Circulante	10.815	9.025	7.725
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11	11	669
1.01.03	Contas a Receber	6.851	5.980	4.985
1.01.03.01	Clientes	1.116	1.159	2.036
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.735	4.821	2.949
1.01.03.02.03	Adiantamentos	0	336	301
1.01.03.02.04	Outras Contas	5.562	4.312	2.475
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	173	173	173
1.01.04	Estoques	3.453	2.730	1.779
1.01.06	Tributos a Recuperar	500	304	292
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	500	304	292
1.02	Ativo Não Circulante	909.160	827.743	772.568
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	477.882	418.910	372.798
1.02.01.03	Contas a Receber	250	250	250
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	250	250	250
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	477.632	418.660	372.548
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	87	87	2.287
1.02.01.09.03	Créditos a Receber	471.476	413.178	365.460
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais e Empréstimo Compulsório	6.069	5.395	4.801
1.02.02	Investimentos	339.022	312.090	299.006
1.02.02.01	Participações Societárias	339.022	312.090	299.006
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	3.954	3.954	3.778
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	335.068	308.136	295.228
1.02.03	Imobilizado	92.256	96.743	100.764
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	92.256	96.743	100.764

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	919.975	836.768	780.293
2.01	Passivo Circulante	214.870	164.852	140.445
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.828	6.359	6.081
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.828	6.359	6.081
2.01.02	Fornecedores	3.001	2.422	3.428
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.001	2.422	3.428
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.001	2.422	3.428
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.971	48.409	41.178
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.971	48.409	41.178
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.982	27.396	21.761
2.01.03.01.02	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	22.800	20.929	19.417
2.01.03.01.04	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	189	84	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	95.190	66.214	55.119
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.490	34.849	36.256
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.490	34.849	36.256
2.01.04.02	Debêntures	49.700	31.365	18.863
2.01.05	Outras Obrigações	55.880	41.448	34.639
2.01.05.02	Outros	55.880	41.448	34.639
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	99	99	99
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	18	18	18
2.01.05.02.05	Credores Diversos	7.097	5.025	4.247
2.01.05.02.06	Títulos a Pagar	48.666	36.306	30.275
2.02	Passivo Não Circulante	493.027	488.188	438.671
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	50.638	55.890	52.879
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.400	2.144
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	5.400	2.144
2.02.01.02	Debêntures	50.638	50.490	50.735
2.02.02	Outras Obrigações	310.688	278.387	248.621
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	100.965	80.571	75.909

## DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	100.965	80.571	75.909
2.02.02.02	Outros	209.723	197.816	172.712
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a pagar	3.106	0	2.657
2.02.02.02.04	Credores Diversos	70.264	62.092	42.136
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei nº 11.491/2009	134.956	129.505	124.047
2.02.02.02.06	Parcelamento Lei nº 12996/2014	1.220	1.164	0
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais a Pagar	0	61	10
2.02.02.02.09	Titulos a Pagar	177	4.994	3.862
2.02.03	Tributos Diferidos	114.798	117.951	113.151
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.798	117.951	113.151
2.02.04	Provisões	16.903	35.960	24.020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.698	33.756	21.818
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.012	10.959	2.678
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.774	2.136	2.080
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.912	20.661	17.060
2.02.04.02	Outras Provisões	2.205	2.204	2.202
2.02.04.02.04	Provisões para Reflorestamento de Jazidas	1.549	1.549	1.549
2.02.04.02.05	Passivo Solidário	656	655	653
2.03	Patrimônio Líquido	212.078	183.728	201.177
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000	130.000
2.03.01.01	Capital Social	130.000	130.000	130.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	44.769	46.394	48.078
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	44.769	46.394	48.078
2.03.04	Reservas de Lucros	15.191	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	760	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.431	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-15.385	-281
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.118	22.719	23.380
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.118	22.719	23.380

## DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.212	17.788	22.513
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.219	-17.883	-26.739
3.03	Resultado Bruto	-14.007	-95	-4.226
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	40.363	1.577	-4.180
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.813	-36.210	-24.801
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	37.246	22.967	13.514
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.930	14.820	7.107
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.356	1.482	-8.406
3.06	Resultado Financeiro	-4.847	-10.589	-8.072
3.06.01	Receitas Financeiras	54.062	32.118	29.808
3.06.02	Despesas Financeiras	-58.909	-42.707	-37.880
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.509	-9.107	-16.478
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.841	-8.342	-6.139
3.08.02	Diferido	6.841	-8.342	-6.139
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.350	-17.449	-22.617
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.350	-17.449	-22.617
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,25000	-1,38000	-1,79000
3.99.01.02	PN	2,25000	-1,38000	-1,79000



## DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	28.350	-17.449	-22.617
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.226	2.345	4.149
4.02.01	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	601	661	2.321
4.02.02	Realização da Reserva de Realização	1.625	1.684	1.828
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.576	-15.104	-18.468

## DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-18.468	-2.829	2.910
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-52.641	-37.351	-17.482
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	28.350	-17.449	-22.617
6.01.01.02	Depreciação, amortização e exaustão	4.611	4.835	5.086
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões	-19.057	11.938	5.101
6.01.01.04	Resultado de equivalência Patrimonial	-26.930	-14.820	-7.106
6.01.01.05	Custo do permanente baixado ou vendido	219	0	9.524
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.841	8.342	6.139
6.01.01.08	Despesas de juros	25.306	17.520	15.060
6.01.01.09	Receita com juros sobre créditos a receber	-58.299	-47.717	-28.669
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	34.173	34.522	20.392
6.01.02.01	(Aumento) redução dos créditos a receber de clientes	44	877	1.770
6.01.02.02	(Aumento) redução dos estoques	-723	-950	-229
6.01.02.03	(Aumento) redução de devedores diversos	-1.924	-693	647
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	579	-1.005	-3.997
6.01.02.06	Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações sociais a pagar	18.272	7.981	14.287
6.01.02.07	Operações com Consórcios	0	0	-1.109
6.01.02.08	Aumento (redução) de credores diversos	10.244	20.734	694
6.01.02.09	(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	139	415	-353
6.01.02.10	Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	7.542	7.163	8.682
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-343	922	-529
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-343	-814	-1.154
6.02.03	Dividendos a Receber/Recebidos	0	1.736	625
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	18.811	1.249	-1.833
6.03.01	Pagamento de debêntures	0	0	-1.693
6.03.03	Mútuos com partes relacionados	20.393	4.663	6.293
6.03.04	Empréstimos/financiamentos tomados	294	7.521	30.955
6.03.05	Amortização de principal e juros de financiamentos	-1.876	-10.935	-37.388
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-658	548

## DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11	669	121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11	11	669

## DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	0	28.350
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.625	15.191	-12.965	-601	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.191	-15.191	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.625	0	1.625	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	601	-601	0
5.07	Saldos Finais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078

## DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.449	0	-17.449
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.449	0	-17.449
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.684	0	2.345	-661	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.684	0	1.684	0	0
5.06.04	Realização de Aj de Aval Patrimonial	0	0	0	661	-661	0
5.07	Saldos Finais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728

## DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	130.000	49.906	18.187	0	25.701	223.794
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	49.906	18.187	0	25.701	223.794
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.617	0	-22.617
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.617	0	-22.617
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.828	-18.187	22.336	-2.321	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.828	0	1.828	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-18.187	18.187	0	0
5.06.05	Realização de Ajustes Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.321	-2.321	0
5.07	Saldos Finais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177

## DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	30.564	8.932	22.705
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.077	19.802	24.935
7.01.02	Outras Receitas	37.246	22.968	13.514
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-14.759	-33.838	-15.744
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.538	-10.742	-17.650
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.562	-2.658	-5.337
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.976	-8.084	-12.313
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.026	-1.810	5.055
7.04	Retenções	-4.611	-4.835	-5.086
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.611	-4.835	-5.086
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.415	-6.645	-31
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	80.992	46.938	36.915
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	26.930	14.820	7.107
7.06.02	Receitas Financeiras	54.062	32.118	29.808
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	91.407	40.293	36.884
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	91.407	40.293	36.884
7.08.01	Pessoal	6.134	7.352	11.040
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.566	5.794	8.688
7.08.01.02	Benefícios	771	1.055	1.692
7.08.01.03	F.G.T.S.	797	503	660
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.780	6.758	10.083
7.08.02.01	Federais	-2.900	6.436	9.675
7.08.02.02	Estaduais	16	183	223
7.08.02.03	Municipais	104	139	185
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.703	43.632	38.378
7.08.03.01	Juros	58.909	42.707	37.880
7.08.03.02	Aluguéis	794	925	498
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.350	-17.449	-22.617
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.350	-17.449	-22.617

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	1.183.121	1.075.230	1.002.815
1.01	Ativo Circulante	68.133	61.381	93.066
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.183	367	1.251
1.01.03	Contas a Receber	51.096	55.026	86.645
1.01.03.01	Clientes	7.129	10.158	63.916
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	43.967	44.868	22.729
1.01.03.02.02	Partes Relacionadas	343	343	343
1.01.03.02.03	Adiantamentos	0	0	301
1.01.03.02.04	Outras Contas	14.101	12.673	8.118
1.01.03.02.05	Operações com Consórcios	29.523	31.852	13.967
1.01.04	Estoques	5.313	3.413	2.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.541	2.575	2.370
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.541	2.575	2.370
1.02	Ativo Não Circulante	1.114.988	1.013.849	909.749
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	961.806	853.481	743.703
1.02.01.03	Contas a Receber	3.024	13.350	5.252
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.024	13.350	5.252
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	59.535	54.343	31.435
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	899.247	785.788	707.016
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.637	1.637	3.837
1.02.01.09.03	Créditos a Receber	876.809	768.159	688.264
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais e Empréstimo Compulsório	12.561	6.069	4.936
1.02.01.09.05	Operações com Consórcios	8.240	9.923	9.911
1.02.01.09.06	Outros Investimentos	0	0	68
1.02.02	Investimentos	4.575	5.181	4.159
1.02.02.01	Participações Societárias	4.575	5.181	4.159
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	4.575	5.181	4.159
1.02.03	Imobilizado	148.607	155.187	161.887
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	148.607	155.187	161.887



## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	1.183.121	1.075.230	1.002.815
2.01	Passivo Circulante	346.069	241.051	211.762
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.212	12.284	12.049
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	19.212	12.284	12.049
2.01.02	Fornecedores	7.807	7.760	11.680
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.807	7.760	11.680
2.01.02.01.01	Fornecedores	7.807	7.760	11.680
2.01.03	Obrigações Fiscais	70.647	61.900	54.705
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	70.647	61.900	54.705
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	46.027	38.349	33.795
2.01.03.01.02	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	23.566	22.851	20.910
2.01.03.01.03	Parcelamento Lei nº 12.996/2014	1.054	700	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.694	93.753	76.590
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	101.994	62.388	57.727
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	101.994	62.388	57.727
2.01.04.02	Debêntures	49.700	31.365	18.863
2.01.05	Outras Obrigações	96.709	65.354	56.738
2.01.05.02	Outros	96.709	65.354	56.738
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.528	2.528	740
2.01.05.02.04	Operações com Consórcios	8.036	2.736	2.822
2.01.05.02.05	Credores Diversos	20.094	18.222	20.156
2.01.05.02.06	Títulos a pagar	66.051	41.868	33.020
2.02	Passivo Não Circulante	622.657	648.008	583.665
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	50.917	74.395	73.223
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	279	23.905	22.488
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	279	23.905	22.488
2.02.01.02	Debêntures	50.638	50.490	50.735
2.02.02	Outras Obrigações	286.181	286.703	253.099
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.297	35.437	33.701

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.297	35.437	33.701
2.02.02.02	Outros	249.884	251.266	219.398
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a pagar	5.253	3.632	18.058
2.02.02.02.04	Credores Diversos	73.001	65.462	43.335
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei nº 11.941/2009	135.314	131.692	126.392
2.02.02.02.06	Parcelamento Lei nº 12996/2014	14.702	12.548	0
2.02.02.02.07	Operações com Consórcios	21.417	24.162	22.626
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais a Pagar	20	231	78
2.02.02.02.09	Títulos a Pagar	177	13.539	8.909
2.02.03	Tributos Diferidos	241.896	228.248	216.107
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	241.896	228.248	216.107
2.02.04	Provisões	43.663	58.662	41.236
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	35.715	51.358	35.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.097	22.810	10.388
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.666	5.291	3.952
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.952	23.257	20.660
2.02.04.02	Outras Provisões	7.948	7.304	6.236
2.02.04.02.04	Provisões para Reflorestamento de Jazidas	2.916	2.916	2.916
2.02.04.02.05	Passivo Solidario	5.032	4.388	3.320
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	214.395	186.171	207.388
2.03.01	Capital Social Realizado	130.000	130.000	130.000
2.03.01.01	Capital Social	130.000	130.000	130.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	44.769	46.394	48.078
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	44.769	46.394	48.078
2.03.04	Reservas de Lucros	15.191	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	760	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	14.431	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-15.385	-281
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.118	22.719	23.380

## DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.03.06.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.118	22.719	23.380
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.317	2.443	6.211

## DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	39.909	95.381	153.174
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.696	-93.568	-143.477
3.03	Resultado Bruto	-11.787	1.813	9.697
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.527	-23.004	-27.736
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.455	-49.324	-41.886
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	44.590	26.942	17.019
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-608	-622	-2.869
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-6.260	-21.191	-18.039
3.06	Resultado Financeiro	41.686	18.739	13.430
3.06.01	Receitas Financeiras	110.317	72.015	65.643
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.631	-53.276	-52.213
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35.426	-2.452	-4.609
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.202	-18.760	-17.159
3.08.01	Corrente	5	-1.300	-823
3.08.02	Diferido	-7.207	-17.460	-16.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.224	-21.212	-21.768
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	28.224	-21.212	-21.768
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	28.350	-17.449	-22.617
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-126	-3.763	849
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,24000	-1,68000	-1,72000
3.99.01.02	PN	2,24000	-1,68000	-1,72000

## DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	28.224	-21.212	-21.768
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.226	2.345	4.149
4.02.01	Realização do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado	601	661	2.321
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	1.625	1.684	1.828
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	30.450	-18.867	-17.619
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	30.576	-15.104	-18.468
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-126	-3.763	849

## DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.415	27.984	-6.334
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-44.303	-32.994	-8.248
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	28.350	-17.449	-22.617
6.01.01.02	Depreciação, amortização e exaustão	6.699	7.623	8.725
6.01.01.03	Constituição (reversão) de provisões	-15.001	16.359	7.903
6.01.01.04	Resultado da equivalência patrimonial	608	622	2.869
6.01.01.05	Custo do permanente baixado ou vendido	255	99	10.173
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.207	17.196	16.336
6.01.01.08	Despesas de juros	36.355	26.214	22.976
6.01.01.09	Receita com juros sobre créditos a receber	-108.650	-79.895	-55.462
6.01.01.11	Participação dos acionistas não controladores	-126	-3.763	849
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	58.718	60.978	1.914
6.01.02.01	(Aumento) redução dos créditos a receber a clientes	3.029	53.758	-39.837
6.01.02.02	(Aumento) redução dos estoques	-1.900	-613	-487
6.01.02.03	(Aumento) redução de devedores diversos	8.898	-71	2.768
6.01.02.04	(Aumento) redução de Depósitos Judiciais	-6.492	-594	0
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	47	-3.919	-4.545
6.01.02.06	Aumento (redução) dos impostos, contribuições e obrigações a pagar	29.304	5.951	26.562
6.01.02.07	Operações com consórcios	6.566	-16.729	-559
6.01.02.08	Aumento (redução) de credores diversos	9.411	20.192	4.102
6.01.02.09	(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	-966	-10.756	-2.551
6.01.02.10	Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	10.821	13.759	16.461
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-374	185	-625
6.02.01	Aquisição de investimento	0	1.207	-1
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-374	-1.022	-1.249
6.02.03	Dividendos a Receber	0	0	625
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.225	-29.052	7.004
6.03.01	Pagamento de debêntures	0	0	-1.693
6.03.03	Mutuos com partes relacionadas	-4.332	-21.172	20.941

## DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.03.04	Empréstimos/financiamentos tomados	1.391	42.962	95.192
6.03.05	Amortização de principal e juros de financiamentos	-3.284	-50.842	-107.436
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.816	-883	45
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	367	1.250	1.205
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.183	367	1.250

## DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.350	0	28.350	-126	28.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.350	0	28.350	-126	28.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.625	15.191	-12.965	-601	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.191	-15.191	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.625	0	1.625	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes Aval Patrimonial	0	0	0	601	-601	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	44.769	15.191	0	22.118	212.078	2.317	214.395



## DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177	6.211	207.388
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177	6.211	207.388
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.449	0	-17.449	-3.768	-21.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.449	0	-17.449	-3.768	-21.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.684	0	2.345	-661	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.684	0	1.684	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajustes de Aval	0	0	0	661	-661	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	46.394	0	-15.385	22.719	183.728	2.443	186.171

## DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	130.000	49.906	18.187	0	25.701	223.794	5.362	229.156
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	130.000	49.906	18.187	0	25.701	223.794	5.362	229.156
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-22.617	0	-22.617	849	-21.768
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-22.617	0	-22.617	849	-21.768
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.828	-18.187	22.336	-2.321	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.828	0	1.828	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-18.187	18.187	0	0	0	0
5.06.05	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.321	-2.321	0	0	0
5.07	Saldos Finais	130.000	48.078	0	-281	23.380	201.177	6.211	207.388

## DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	67.298	92.038	161.876
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	44.539	103.855	164.478
7.01.02	Outras Receitas	44.590	26.942	17.019
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21.831	-38.759	-19.621
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.371	-74.031	-115.902
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.801	-31.875	-66.523
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.570	-42.156	-45.480
7.02.04	Outros	0	0	-3.899
7.03	Valor Adicionado Bruto	25.927	18.007	45.974
7.04	Retenções	-6.699	-7.623	-8.724
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.699	-7.623	-8.724
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.228	10.384	37.250
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	109.709	71.393	62.774
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-608	-622	-2.869
7.06.02	Receitas Financeiras	110.317	72.015	65.643
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	128.937	81.777	100.024
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	128.937	81.777	100.024
7.08.01	Pessoal	15.074	23.135	32.424
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.156	18.620	28.021
7.08.01.02	Benefícios	1.591	3.072	2.377
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.327	1.443	2.026
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.526	23.463	33.532
7.08.02.01	Federais	14.220	21.292	30.903
7.08.02.02	Estaduais	961	719	583
7.08.02.03	Municipais	345	1.452	2.046
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.113	56.391	55.836
7.08.03.01	Juros	68.631	53.276	52.213
7.08.03.02	Aluguéis	1.482	3.115	3.623
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.224	-21.212	-21.768

## DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.350	-17.449	-22.617
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-126	-3.763	849

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Construtora Sultepa S.A. (a "Companhia") e suas controladas têm por objeto social a indústria da construção, englobando estudos, projetos, cálculos, administração e execução de obras públicas e privadas, nacionais e internacionais, do ramo de engenharia em geral, montagens e eletromecânicas, e trabalhos conexos, montagem industrial, execução de obras públicas em geral, que possam ter seu custeio privatizado, inclusive sobre regime de concessão, autorização ou permissão, inclusive para cobrança de pedágio, na forma da lei aplicável, incorporação imobiliária compra e venda de imóveis, representação, importação e exportação de materiais correlatos ao ramo da construção civil, prestação de serviços a terceiros, inclusive com uso de explosivos, bem como a pesquisa, mineração, exploração e aproveitamento de jazidas minerais, extração, britagem e comércio de pedra britada. A Companhia poderá participar de outras sociedades, congêneres ou não, como acionista ou quotista, cabendo ao Conselho de Administração decidir a respeito.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40, 11º andar, Centro, Porto Alegre - RS, com suas ações negociadas na BM&F Bovespa.

Diante da atual situação econômica financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando há vários meses, a Alta Administração está tomando algumas medidas para compatibilizar os fluxos financeiros com as suas operações.

A Companhia elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reenquadramento de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a conseqüente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos.

Neste plano operacional, estamos considerando um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio.

No dia 3 de Julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art.51 e seguintes da Lei 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de Julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNJ:0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial, sendo que estes dois eventos, ainda encontra-se em processo de análise.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 BASE PARA PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

## 2.2 CONSOLIDAÇÃO

### (a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

#### (a.1) Controlada

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é totalmente consolidada.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladora e controlada são eliminados. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Controladora.

Abrangem as demonstrações financeiras da Construtora Sultepa S.A. e das suas controladas, conforme quadro abaixo:

Sociedade	Percentual de participação			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pedrasul Construtora S/A	99,63	-	99,63	-
Sultepa Construções e Comércio Ltda	99,95	-	99,95	-
Rioest Estacionamentos S/A	-	97,44	-	97,44
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	89,00	-	89,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	95,00	-	95,00
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda (*)	-	43,42	-	43,42
SCP através da controlada Sultepa Constr. e Com. Ltda	-	68,13	-	68,13

A consolidação das demonstrações financeiras foi procedida em consonância com as normas aplicáveis, sendo eliminadas as participações e as transações ocorridas entre as sociedades e destacada a participação dos acionistas não controladores no capital social integralizado da controlada.

(\*) A Companhia possui preponderância na tomada de decisões sobre esse investimento, embora não tenha a maioria na participação em relação ao patrimônio líquido da investida.

### (b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

## 2.3 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e suas controladas e também, a moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## 2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

## 2.5 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

### (c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

## 2.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, bem como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de derivativos.

## 2.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e executado a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

## 2.8 ESTOQUES

Os estoques da Companhia e suas controladas são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

## 2.9 IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição e de reavaliações efetuadas, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, considerando-se a duração da vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. A Companhia efetuou análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia optou na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado relativos a imóveis, máquinas e equipamentos e veículos.

## 2.10 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

## 2.11 IMPAIRMENT de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Como resultado da referida revisão, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

## 2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas transações que fossem consideradas relevantes.

## 2.13 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.14 EMPRÉSTIMOS



# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## 2.15 PROVISÕES

Geral: provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e solidários: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável pode ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 2.16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa e sua controlada nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

## 2.17 CAPITAL SOCIAL

As quotas do capital são classificadas no patrimônio líquido.

## 2.18 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e na prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas ligadas.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

## 2.19 Arrendamento Mercantil (leasing)

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram registrados no imobilizado, os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, sobre os quais a Companhia fica com todos os riscos e benefícios de propriedade, classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento como um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13.

## 2.20 Informações por segmento

A Companhia e suas controladas desenvolvem suas atividades de negócios considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisões.

## 2.21 Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB . A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 10 de janeiro de 2014.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

## 2.22 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA

As Demonstrações do Valor Adicionado – DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Informações individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.23 – Evento Subsequente conforme NBC TG 24 (R1)

“Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.”

A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras no dia 15 de junho de 2016.

## 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	6	6	6	6
Depósitos bancários	3	2	163	349
Aplicações liq. Imediata/Fdo.Investimentos	2	3	8.014	12
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>8.183</b>	<b>367</b>

## 5. CLIENTES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Governo Federal	-	384	1.698	3.734
Governos Estaduais	886	1.017	3.095	5.815
Governos Municipais	591	594	2.813	2.335
Clientes Privados	2.070	1.630	4.951	3.739
(-) Prov.Devedores Duvidosos	(2.431)	(2.466)	(5.428)	(5.465)
<b>Total</b>	<b>1.116</b>	<b>1.159</b>	<b>7.129</b>	<b>10.158</b>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<b>Saldo no início do período</b>	<b>2.466</b>	<b>2.553</b>	<b>5.465</b>	<b>5.684</b>
Adições/reversões	(35)	(87)	(37)	(219)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>2.431</b>	<b>2.466</b>	<b>5.428</b>	<b>5.465</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
A vencer	389	483	2.468	7.507
Vencidos até 30 dias	273	196	502	1.030
Vencidos até 60 dias	44	583	238	745
Vencidos até 90 dias	16	270	196	326
Vencidos há mais de 90 dias	2.825	2.093	9.153	6.015
<b>Total</b>	<b>3.547</b>	<b>3.625</b>	<b>12.557</b>	<b>15.623</b>

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

## 6. OUTRAS CONTAS A RECEBER/ADIANTAMENTOS

## CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	CONTROLADORA			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Devedores Diversos	1.904	1.896	250	250
Adiantamentos Diversos	1.241	336	-	-
Outros Créditos	2.417	2.416	-	-
<b>Total</b>	<b>5.562</b>	<b>4.648</b>	<b>250</b>	<b>250</b>

A Administração da Companhia e suas controladas entende que os valores são plenamente recuperáveis no decorrer do andamento das obras.

Descrição	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Devedores Diversos	2.064	1.896	2.294	4.307
Adiantamentos Diversos	8.992	7.267	-	-
Cauções e Retenções	360	360	700	700
Aplicações a Curto Prazo	156	156	-	3
Outros Créditos	2.529	2.994	30	8.340
<b>Total</b>	<b>14.101</b>	<b>12.673</b>	<b>3.024</b>	<b>13.350</b>

### 7. ESTOQUES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Matéria prima	3.137	2.415	4.857	2.795
Peças de reposição	142	152	205	243
Combustíveis e Lubrificantes	90	89	120	175
Outros	84	74	131	200
<b>Total</b>	<b>3.453</b>	<b>2.730</b>	<b>5.313</b>	<b>3.413</b>

### 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de Renda e CSLL	33	-	1.656	961
PAES	185	170	217	202
INSS	86	86	1.431	1.334
Outros	196	48	237	78
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>304</b>	<b>3.541</b>	<b>2.575</b>

## 9. CRÉDITOS A RECEBER – NÃO CIRCULANTE

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Direitos Creditorios União (a)	317.098	277.670	715.996	626.969
Precatório Sinicon (b)	77.950	68.000	77.950	68.000
Precatórios União (c)	72.996	64.076	79.151	69.478
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432	3.712	3.712
<b>Total</b>	<b>471.476</b>	<b>413.178</b>	<b>876.809</b>	<b>768.159</b>

### a) Créditos a receber - processo Construtora Sultepa S.A. e suas controladas x União Federal (sucessora do DNER)

Referem-se a direitos creditórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 13 de outubro de 2000. Tais valores estão sendo atualizados pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 6% ao ano e líquidos dos honorários advocatícios. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito adquirido, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos. A seguir, apresentamos as principais informações que tramitam na Justiça:

A União Federal propôs Ação Rescisória objetivando desconstituir o direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. e suas controladas. A Ação Rescisória retromencionada foi julgada procedente pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. A Companhia interpôs embargos infringentes (Recurso Processual) por se tratar de Acórdão (decisão não unanime), que julgou procedente a ação rescisória. Em 26 de fevereiro de 2013, os embargos infringentes foram julgados improcedentes por 4 votos a 3 pela 3ª Seção do TRF da 1ª Região. Como o acórdão foi publicado de forma incompleta, em 10 de abril de 2013, opomos embargos de declaração, com o fim de que o acórdão fosse integralmente publicado. Nessa petição, não foi tratada questão de mérito, mas apenas questão processual (disponibilização da integralidade do acórdão). Assim, as questões relevantes serão tratadas em embargos de declaração a serem opostos após a publicação correta do acórdão. Caso a decisão dos Embargos Infringentes, após o julgamento dos Embargos de Declaração reiterar como procedente a ação rescisória, caberá recurso ao STJ e/ou ao STF. Novamente, a Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda, sendo provável a reversão da decisão de procedência da Ação Rescisória.

Os assessores jurídicos sustentam que o julgamento de procedência da Ação Rescisória será revertido com base nos seguintes argumentos: o acórdão unanime que confirmou integralmente a sentença da qual se originou o precatório não violou o literal dispositivo de lei, não sendo cabível ação rescisória, com base no inciso V do art.485 do CPC: houve a decadência da ação rescisória; a impossibilidade de rescisória para novo julgamento da causa mediante reexame de prova; a improcedência dos pedidos formulados na rescisória; o erro de fato deve ser afastado, considerando que houve pronunciamento judicial sobre o fato; e a parcela incontroversa objeto do precatório não pode ser abrangida pela Ação Rescisória, visto que a União expressamente reconheceu a quantia devida após o ajuizamento da Ação Rescisória, implicando evidente redução do pedido rescisório.

Acerca do assunto, a Administração encaminhou consulta a dois escritórios de advocacia, os quais corroboraram com os argumentos dos assessores jurídicos.

### b) Precatório Sinicon x União Federal

## CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se a Precatórios junto ao extinto DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, obtidos por decisão judicial do Supremo Tribunal Federal - STF, a qual transitou em julgado em 02 de dezembro de 1998. Tal valor está sendo atualizado pela variação do IPCA-E acrescida de juros de 12% ao ano.

Posteriormente, a União Federal propôs Ação Rescisória, objetivando anulação do acórdão que ensejou a expedição do precatório relativo ao direito obtido pela Construtora Sultepa S.A. A Ação Rescisória foi julgada procedente e o SINICON opôs embargos de declaração, que está pendente de julgamento. A Administração, suportada pelo parecer dos seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda do direito constituído por ocasião da sentença que transitou em julgado a favor da Companhia, motivo pelo qual não foi reconhecida qualquer provisão para não realização destes ativos.

### c) Precatórios a receber da União Federal

Referem-se à parcela remanescente dos precatórios expedidos pela União Federal, relativos à quitação parcial dos direitos creditórios oriundos do processo mencionado no item (a). Tais valores estão demonstrados pelo valor original acrescido da variação da TR e de juros de 6% ao ano. A tramitação judicial deste item está mencionado no item (a) logo acima.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 19 e 22, os referidos precatórios foram dados para compensação de parcelas vencidas da Lei 11.941/2009 e parcelamentos simplificados junto à RFB - Receita Federal do Brasil.

### d) Precatórios a receber da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Refere-se ao precatório expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, relativos a direitos oriundos do processo nº 10503085832 de recomposição de preços contra o Município de Porto Alegre, com trânsito em julgado em 23 de junho de 2008.

Este crédito foi oferecido em garantia de dívidas, que a Controladora possui com a União Federal. A controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. também é detentora de precatório desta Prefeitura.

### Composição dos Precatórios e Direitos Creditórios oferecidos como garantia/pagamento de dívidas da Companhia e controlada Pedrasul Construtora S.A.

Os seguintes valores relativos aos créditos a receber – não circulante foram dados como garantias à dívidas existentes e utilizados como pedidos de compensação, através de liminar, para pagamento de tributos federais:

Descrição	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Direitos Creditorios União (a)	95.320	95.320
Precatório Sinicon (b)	77.950	77.950
Precatórios União (c)	61.603	65.199
Precatórios Prefeitura POA (d)	3.432	3.432
<b>Total</b>	<b>238.305</b>	<b>241.901</b>

- a) Garantia concedida aos debenturistas.
- b) Garantia concedida a credores diversos, instituição financeira e reforço de garantia para debenturistas.
- c) Parte do valor foi utilizado para pedidos de compensação de parcelas relativas ao parcelamento de tributos - Lei 11.941, parcelamentos ordinários, e como garantia concedida a credores diversos, conforme descrito nas notas explicativas 19, 21 e 22.
- d) Garantia em dívidas com a União Federal.

## 10. IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração está analisando propostas de compra para as áreas de terra, sem benfeitorias denominadas de Parobé da controladora e Pedra Redonda da controlada Pedrasul Construtora S.A., registrados no Ativo Não Circulante com os valores de R\$ 87 e R\$ 1.550 respectivamente, os quais são menores que o valor justo menos a despesa de venda.

## 11. PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos com partes relacionadas:

CONTROLADORA EMPRESAS	Passivo	
	Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014
Pedrasul Construtora S/A	43.108	37.620
Sultepla Constr e Com Ltda	57.857	42.951
<b>Total</b>	<b>100.965</b>	<b>80.571</b>

CONSOLIDADO EMPRESAS	Ativo				Passivo	
	Circulante		Não Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Sultepla Participações S.A	-	-	26.589	23.597	-	-
Portella Nunes Partic. S.A	-	-	9.297	8.122	-	-
Controle em Conjunto	-	-	23.590	8.397	36.048	35.437
Outros	343	343	59	14.227	249	-
<b>Total</b>	<b>343</b>	<b>343</b>	<b>59.535</b>	<b>54.343</b>	<b>36.297</b>	<b>35.437</b>

Os saldos das operações de mútuos são atualizados a uma taxa de 1% a.m. com vencimento final previsto até 31 de dezembro de 2017.

As controladas Pedrasul Construtora S/A e Sultepla Construções e Comércio Ltda, possuem créditos a receber das controladoras da Companhia Sultepla Participações S/A e Portella Nunes Participações S/A no montante de R\$ 35.886, classificado no Ativo Não Circulante, cuja realização depende do sucesso de operações futuras.

### b) Remuneração do pessoal-chave:

A Companhia e suas controladas contabilizaram como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Benefícios de Curto Prazo (honorários, salários)	-	248	288	571
Outros benefícios (despesas c/ assistência médica e seguro de vida)	-	12	-	21
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>260</b>	<b>288</b>	<b>592</b>

## 12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas estão demonstrados a seguir:

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Participações em controladas/coligadas	312.090	299.006	5.181	4.159
Recebimento de lucros/dividendos	-	(1.736)	-	-
Transferência	2	-	2	1.644
Equivalência patrimonial	26.930	14.820	(608)	(622)
<b>Saldo</b>	<b>339.022</b>	<b>312.090</b>	<b>4.575</b>	<b>5.181</b>

31 de Dezembro de 2015

Descrição	Controladas		
	Pedrasul Constr. S/A	Sultepa Constr. e Com. Ltda	Sulbrape Constr Ltda
Capital social	70.500	91.000	300
Patrimônio líquido ajustado	209.955	125.953	9.414
Resultado do período	22.215	4.801	(1)
Participação %	99,63	99,95	42,00

Controladas/Coligada	31.12.2015				31.12.2014
	Pedrasul Const.S.A	Sultepa Constr e Com. Ltda	Sulbrape Ltda	Total	Total
Saldo inicial	187.045	121.091	3.954	312.090	299.006
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	(1.736)
Transferência	1	1	-	2	-
Equivalência Patrimonial	22.132	4.798	-	26.930	14.820
<b>Saldo Final</b>	<b>209.178</b>	<b>125.890</b>	<b>3.954</b>	<b>339.022</b>	<b>312.090</b>

## 13. IMOBILIZADO

### CONTROLADORA

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>4%</b>	<b>11,50%</b>	<b>12,02%</b>	<b>10%</b>	
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>79.282</b>	<b>11.902</b>	<b>4.882</b>	<b>677</b>	<b>96.743</b>
Adições	-	170	-	173	343
Baixas/transferências	-	(49)	-	(170)	(219)
Depreciações	(1.601)	(2.483)	(364)	(163)	(4.611)
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>77.681</b>	<b>9.540</b>	<b>4.518</b>	<b>517</b>	<b>92.256</b>

### CONSOLIDADO

	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Outros	Total
<b>Taxa média de depreciação</b>	<b>4%</b>	<b>11,50%</b>	<b>12,02%</b>	<b>10%</b>	
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	<b>131.642</b>	<b>14.353</b>	<b>5.491</b>	<b>3.701</b>	<b>155.187</b>
Adições	-	177	-	197	374
Baixas/transferências	-	(49)	(31)	(175)	(255)
Depreciações	(2.079)	(3.694)	(644)	(282)	(6.699)
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	<b>129.563</b>	<b>10.787</b>	<b>4.816</b>	<b>3.441</b>	<b>148.607</b>



# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## a) Bens Oferecidos em Garantia

Descrição	31/12/2015	
	Controladora	Consolidado
Imóveis	71.544	122.809
Máquinas e Equipamentos	9.540	10.787
Veículos	4.518	4.816
<b>Total</b>	<b>85.602</b>	<b>138.412</b>

## b) Bens Reavaliados

As contas de imobilizado incluem R\$ 68.782 (R\$ 92.327 consolidado), líquido de depreciação e exaustão acumulada, relativa à reavaliação de bens. Tais reavaliações foram originalmente efetuadas entre 1998, 2000 e atualizadas em 2002 e 2003. Com intuito de atender o preconizado pela Deliberação CVM nº 183/95, em 31 de dezembro de 2006, foi realizada nova reavaliação no seu ativo imobilizado, com base em Laudo de Avaliação elaborado por especialistas independentes que utilizaram como método de avaliação o valor de mercado. Como facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia e suas Controladas decidiram pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes. O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado anualmente, sendo que em 31 de dezembro de 2015, não encontrou a necessidade de constituição de provisão. A empresa realizou conferência e avaliação do imobilizado com objetivo de apurar o valor atualizado e/ou de mercado.

## c) Direitos de lavra

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem terrenos com direitos de lavra, os quais foram reavaliadas, nas datas conforme item (b) acima, considerando a expectativa futura de produção de brita existentes nesta terra, no montante de R\$ 74.985 (consolidado - R\$ 126.250). Desse saldo, existem terrenos com direitos de lavra que se encontram sem atividades, no montante de R\$ 14.746 (consolidado - R\$ 30.359).

## 14. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Encargos	CONTROLADORA			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	43.840	33.318	-	5.385
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	1.650	1.531	-	15
<b>Total</b>		<b>45.490</b>	<b>34.849</b>	<b>-</b>	<b>5.400</b>

Descrição	Encargos	CONSOLIDADO			
		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
		31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Capital de Giro (a)	CDI + 0,6% a 2,4% a.m.	97.166	57.938	279	23.743
Finame (b)	TJLP + 6% a.a.	4.730	4.352	-	162
Leasing (c)	1,36% a.m;	98	98	-	-
<b>Total</b>		<b>101.994</b>	<b>62.388</b>	<b>279</b>	<b>23.905</b>

## CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	CONTROLADORA	
	CAPITAL DE GIRO	FINAME
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>		
Vencidos - 31/12/2015	35.699	1.650
A vencer - 31/03/2016	816	-
A vencer - após 01/04/2016 até 31/12/2016	7.325	-
<b>Total</b>	<b>43.840</b>	<b>1.650</b>

Descrição	CONSOLIDADO		
	CAPITAL DE GIRO	FINAME	LEASING
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>			
Vencidos - 31/12/2015	88.910	4.730	98
A vencer - 31/03/2016	816	-	-
A vencer - após 01/04/2016 até 31/12/2016	7.440	-	-
A vencer - após 01/01/2017	279	-	-
<b>Total</b>	<b>97.445</b>	<b>4.730</b>	<b>98</b>

(a) Para os empréstimos e financiamentos foram dados em garantia os direitos creditórios, nota explicativa nº 9, e aval dos diretores. Em 31 de dezembro de 2015, no passivo circulante da controladora e consolidado, o montante de R\$ 37.349 e R\$ 93.738 encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras. O vencimento final do pagamento dos empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado) era em outubro 2018, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos. Os empréstimos classificados no passivo não circulante não foram reclassificados para o passivo circulante, uma vez que não existe a liquidação antecipada das parcelas vincendas.

(b) Financiamento para compra de máquinas e equipamentos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, encontram-se vencidos, na controladora e consolidado, respectivamente.

(c) Leasing para compra de máquinas, equipamentos e veículos cuja garantia é a alienação fiduciária dos próprios bens, no valor de R\$ 98, encontram-se vencidos no consolidado e estão sendo renegociados diretamente com as instituições financeiras.

### 15. CREDORES DIVERSOS

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Controladora

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prestadores de Serviços	5.498	4.080	-	-
Subempreiteiros	520	398	-	-
Transportadores	638	531	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	66.628	58.485
Outros	441	16	3.636	3.607
<b>Total</b>	<b>7.097</b>	<b>5.025</b>	<b>70.264</b>	<b>62.092</b>

## Consolidado

Descrição	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Prestadores de Serviços	12.299	11.167	-	-
Subempreiteiros	3.457	3.242	-	-
Transportadores	3.504	3.492	-	-
Honorários a Pagar (a)	-	-	66.628	58.485
Outros	834	321	6.373	6.977
<b>Total</b>	<b>20.094</b>	<b>18.222</b>	<b>73.001</b>	<b>65.462</b>

a) Refere-se à provisão dos honorários profissionais dos assessores jurídicos incidentes sobre os direitos creditórios, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

## 16. TÍTULOS A PAGAR

### Controladora

Descrição	Passivo			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Betunel Ind. e Com. Ltda	35.839	30.438	-	-
Greca Distrib. Asfaltos	2.515	2.176	-	-
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	337	-	-
Com.Combustíveis Luster	7.535	1.885	-	4.068
Outros	2.440	1.470	177	926
<b>Total</b>	<b>48.666</b>	<b>36.306</b>	<b>177</b>	<b>4.994</b>

### Consolidado

Descrição	Passivo			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Betunel Ind. e Com. Ltda	40.315	31.107	-	2.842
Greca Distrib. Asfaltos	6.764	4.111	-	1.525
Remar Distrib. de Asfalto Ltda	337	337	-	-
Com.Combustíveis Luster	14.249	3.564	-	7.692
Outros	4.386	2.749	177	1.480
<b>Total</b>	<b>66.051</b>	<b>41.868</b>	<b>177</b>	<b>13.539</b>

Os títulos a pagar tratam-se das novações de dívidas com os principais fornecedores da Companhia e suas controladas.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo mantido com a Betunel Ind. e Com. Ltda. está atualizado pela taxa do IPCA-E acrescida de juros de 12% a.a, conforme acordo firmado. Para garantia da dívida foi oferecido precatório judicial do crédito que a Construtora Sultepa S.A. detêm junto ao DNIT, conforme nota explicativa nº 9.

## 17. FORNECEDORES

O saldo com fornecedores, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 3.001 (consolidado - R\$ 7.807). Estão apresentados pelos valores originais, sem provisão de eventual multa e juros, quando da efetiva liquidação.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - resultado do exercício

O Imposto de renda e a contribuição social corrente das controladas diretas são calculados pelo lucro real, e as controladas indiretas (SCP) são tributadas pelo lucro presumido. As alíquotas utilizadas são de 15% e adicional de 10% para o lucro que ultrapassar R\$ 240, para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos da controladora e consolidado são calculados com as mesmas alíquotas dos impostos correntes, incidentes sobre as receitas ainda não recebidas de órgãos públicos. Em 31 de dezembro de 2015, foram registrados como reversão no resultado da controladora o montante de R\$ 6.841 como tributos diferidos.

Descrição	Lucro real			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes dos impostos	21.509	(9.107)	35.426	(2.452)
Equivalência patrimonial	(26.930)	(14.820)	608	622
Demais adições/exclusões	25.540	48.462	(57.169)	56.534
<b>Base de cálculo</b>	<b>20.119</b>	<b>24.535</b>	<b>(21.135)</b>	<b>54.704</b>
Imposto de renda e contrib.social corrente	-	-	-	-
Imposto de renda e contrib.social diferido	6.841	(8.342)	(7.187)	(18.600)
Imposto de renda e contrib.social corrente - lucro presumido	-	-	5	(1.300)
Imposto de renda e contrib.social diferido - lucro presumido	-	-	(20)	1.140
<b>Total</b>	<b>6.841</b>	<b>(8.342)</b>	<b>(7.202)</b>	<b>(18.760)</b>

## 19. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

### a. LEI Nº 11.941/2009

De acordo com a Lei nº 11.941/2009, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamento Especial - PAES, Parcelamentos Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas. Os saldos existentes no balanço em 31 de dezembro de 2015 estão sendo atualizados pela taxa Selic, conforme preconizado na Lei do parcelamento.

A Companhia protocolizou junto à União, pedidos de compensação das parcelas vencidas da Lei 11.941/2009, com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Todavia, os pedidos foram indeferidos. A Companhia, através de seus assessores jurídicos, ingressou com uma ação ordinária nº 5008699-63.2012.4.04.7100, com pedido de liminar para garantir o seu direito de compensação. Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve através de Decisão Liminar o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, até que a ação rescisória que existe sobre o precatório seja julgada em definitivo. A controlada Pedrasul Construtora S.A. também ingressou com pedido junto à União, utilizando o mesmo princípio legal, para quitação de alguns tributos.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
<b>(=) Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>150.434</b>	<b>154.543</b>
(+) Atualização e Reversões monetárias pela taxa Selic	7.322	4.337
<b>(=) Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>157.756</b>	<b>158.880</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>22.800</b>	<b>23.566</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>134.956</b>	<b>135.314</b>

## Parcelas compensadas

Abaixo, demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal, conforme descrito na nota explicativa 9. Contabilmente, a Companhia e suas controladas não efetuaram a baixa do valor do precatório nem a baixa dos impostos compensados

	Controladora	Consolidado
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	44.353	45.665
Parcelas compensadas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	17.240	19.523
<b>Total compensado até 31 de dezembro de 2015</b>	<b>61.593</b>	<b>65.188</b>

## b. LEI Nº 12.996/2014

De acordo com a Lei nº 12.996/2014, a Companhia e suas controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. aderiram ao parcelamento de tributos junto à Procuradoria da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Foram incluídos neste parcelamento, débitos oriundos do Parcelamentos Simplificados, Ordinários e débitos que não haviam sido parcelados anteriormente.

A Companhia e suas controladas, utilizaram seus Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social para quitação de multas e juros, conforme preconizado na Lei. Ambas fizeram a opção de pagamento em 180 parcelas.

CONTROLADORA	CP	LP
<b>PGFN - Demais Débitos Previdenciários</b>	<b>87</b>	<b>419</b>
<b>PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários</b>	<b>213</b>	<b>801</b>
<b>RFB - Demais Débitos Não Previdenciários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>(-) Pagamentos Efetuados</b>	<b>(111)</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>	<b>1.220</b>

CONSOLIDADO	CP	LP
<b>PGFN - Demais Débitos Previdenciários</b>	<b>2.531</b>	<b>7.938</b>
<b>PGFN - Demais Débitos Não Previdenciários</b>	<b>476</b>	<b>3.161</b>
<b>RFB - Demais Débitos Não Previdenciários</b>	<b>875</b>	<b>3.603</b>
<b>(-) Pagamentos Efetuados</b>	<b>(2.828)</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.054</b>	<b>14.702</b>

## 20. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia efetua os registros dos tributos diferidos com intenção de compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos tendo em vista que os mesmos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável, conforme preconizado no NBCTG 32 (R2) e deliberação CVM 599/2009.

(17)

## Notas Explicativas

## CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Direito creditório/precatório	393.025	342.869	714.237	688.471
Reserva de reavaliação	43.732	46.194	67.903	70.365
Ajuste de aval. patrimonial	7.731	8.191	33.567	34.488
Saldo	444.488	397.254	815.707	793.324
(-) Comp. Prejuízo fiscal	(117.907)	(50.555)	(117.905)	(125.277)
Base de cálculo p/ IRPJ e CSLL	326.581	346.699	697.802	668.047
Alíquota Normal	34%	34%	34%	34%
IRPJ E CSLL	<b>111.038</b>	<b>117.878</b>	<b>237.253</b>	<b>227.136</b>
IRPJ E CSLL S/PRESUMIDO	-	-	5	24
PIS E COFINS	<b>3.760</b>	<b>73</b>	<b>4.638</b>	<b>1.088</b>
<b>Total</b>	<b>114.798</b>	<b>117.951</b>	<b>241.896</b>	<b>228.248</b>

## 21. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, emitidas pela Companhia, estão demonstradas a seguir:

Emissão	PASSIVO				Vencimentos	Encargos	Garantias
	Circulante		Não Circulante				
	Controladora/Consolidado 31.12.2015	31.12.2014	Controladora/Consolidado 31.12.2015	31.12.2014			
3ª Emissão	49.700	31.365	50.638	50.490	15.12.2022	IPCA+10%AA	Hipoteca de Imóveis e penhor de direitos creditórios junto à União Federal
<b>Total</b>	<b>49.700</b>	<b>31.365</b>	<b>50.638</b>	<b>50.490</b>			

Em 02 de Outubro de 2013, na Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª emissão, a Companhia apresentou proposta de repactuação compatível com fluxo de caixa atual. Os debenturistas não concordaram e autorizaram ao Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias para recuperação do crédito da comunhão de debenturistas.

Os valores, no passivo circulante da controladora e do consolidado, encontram-se vencidos e estão sendo renegociados diretamente com os debenturistas. O vencimento final do pagamento das debêntures (controladora e consolidado) era em dezembro de 2022, em conformidade com os contratos de renegociação, cujos pagamentos não foram cumpridos.

## 22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

## Notas Explicativas

## CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		
	Circulante		Não Circulante
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015
<b>Imposto Corrente</b>	<b>17.639</b>	<b>16.528</b>	-
IRRF	2.469	1.884	-
PIS/COFINS	4.372	3.896	-
INSS/FGTS	9.332	9.473	-
OUTROS	1.466	1.275	-
<b>Parcelado</b>	<b>11.343</b>	<b>10.868</b>	<b>3.106</b>
IRRF	667	607	-
PIS/COFINS	2.052	1.865	-
IRPJ/CSLL	10	9	-
INSS/FGTS	7.930	7.747	3.106
OUTROS	684	640	-
<b>TOTAL</b>	<b>28.982</b>	<b>27.396</b>	<b>3.106</b>

Descrição	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<b>Imposto Corrente</b>	<b>29.134</b>	<b>24.562</b>	-	-
IRPJ/CSLL	722	750	-	-
IRRF	3.836	2.578	-	-
PIS/COFINS	5.717	4.524	-	-
INSS/FGTS	14.813	13.727	-	-
OUTROS	4.046	2.983	-	-
<b>Parcelado</b>	<b>16.893</b>	<b>13.787</b>	<b>5.253</b>	<b>3.632</b>
IRPJ/CSLL	59	211	-	204
IRRF	1.025	713	-	319
PIS/COFINS	2.863	2.024	-	563
INSS/FGTS	12.256	10.188	5.253	2.546
OUTROS	690	651	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>46.027</b>	<b>38.349</b>	<b>5.253</b>	<b>3.632</b>

a) Em agosto de 2012, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 5047002.49.2012.404.7100/RS, pedindo a compensação das parcelas oriundas dos parcelamentos simplificados junto à RFB com os precatórios de nº 2004.01.00.029024-9. Em 10 de setembro de 2012, através de Decisão Judicial, a Companhia obteve o direito de manter seu pedido de compensação assegurado, através da Sentença Judicial do referido processo. A compensação se dará de forma definitiva, quando ficar resolvido a ação rescisória que incide sobre o precatório, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

### b) Parcelas compensadas

Abaixo demonstrativo das parcelas compensadas via liminar com Precatórios da União Federal descritos na nota explicativa nº 9.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil	118
Parcelas compensadas da Receita Federal do Brasil - Previdenciária	491
<b>Total compensado até 31 de dezembro de 2015</b>	<b>609</b>

O saldo devedor dos tributos parcelados será amortizado até abril de 2018, acrescido da taxa Selic.

## 23. PROVISÕES

Foi constituída considerando a opinião dos consultores jurídicos da Companhia, cujo montante é julgado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis.

### Resumo da movimentação dos montantes provisionados

CONTROLADORA	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2014	20.661	2.136	10.959	655	1.549	35.960
(+) Novos processos/complementos e atualizações	3.912	3.774	7.012	1	-	14.699
(-) Reversões e pagamentos	(20.661)	(2.136)	(10.959)	-	-	(33.756)
<b>(=)Saldos em 31.12.2015</b>	<b>3.912</b>	<b>3.774</b>	<b>7.012</b>	<b>656</b>	<b>1.549</b>	<b>16.903</b>

CONSOLIDADO	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Passivo Solidário	Reflorestamento	TOTAL
(=)Saldos em 31.12.2014	23.257	5.291	22.810	4.388	2.916	58.662
(+) Novos processos/complementos e atualizações	4.952	5.666	13.631	644	-	24.893
(-) Reversões e pagamentos	(23.257)	(5.291)	(11.344)	-	-	(39.892)
<b>(=)Saldos em 31.12.2015</b>	<b>4.952</b>	<b>5.666</b>	<b>25.097</b>	<b>5.032</b>	<b>2.916</b>	<b>43.663</b>

Características dos montantes:

**Processos cíveis** – referem-se principalmente a danos morais e acidentes pleiteados por terceiros e a dívida que a Companhia é responsável solidária junto a terceiros.

**Processos trabalhistas** - relativos basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial.

**Processos tributários** – referem-se a questões de tributos municipais e tributos federais.

**Passivo solidário** – refere-se à parte do risco da obrigação para a qual a Companhia é responsável solidária junto aos credores da Contesa Incorporações Imobiliárias Ltda, CP Construções e Participações Ltda., Coparco Participações e Construções Ltda. e Noroeste Bioenergética S.A.

**Provisão para Reflorestamento de Jazida** – Foi constituída no valor de R\$ 1.549 na controladora e R\$ 2.916 no consolidado considerando a estimativa de gastos para restauração do local.

**Provisões perda Possível** – A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso superior aos valores registrados na provisão.



# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, os processos cíveis, trabalhistas e tributários, considerados possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$ 1.397.742 (consolidado R\$ 1.611.639) .

## 24. OPERAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Visando aumentar a capacidade operacional e produtiva, em determinadas obras a Companhia e suas controladas participam em alguns empreendimentos através de consórcios, os quais relacionamos a seguir:

**Consórcio Conesul:** a Companhia participa com 42% no empreendimento, que tem como objetivo a execução das edificações dos Centros de Apoio a Criança – CIAC'S. Atualmente este consórcio está paralisado.

**Consórcio Construtor do Sul:** a Companhia participa com 24,50% e sua controlada Pedrasul Construtora S/A com 2,03%. Este consórcio encontra-se paralisado.

**Consórcios PSP, SPP e SPP1:** a Controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 33,34% nas obras de capeamento asfáltico sobre pedra e pavimentação de novas vias urbanas no município de Pelotas/RS, sendo que os contratos PSP e SPP estão sendo encerrados.

**Consórcio Corredor Padre Cacique:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 50% na execução das obras de infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Sultepa/Pedrasul:** a controlada Pedrasul Construtora S/A participa com 5% e a Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 95%, na execução das obras do Projeto Crema, restauração e melhorias na BR 287 e BR 116.

**Consórcio Sultepa/Convap:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 50%, na execução das obras de Construção da Barragem de São Gabriel/RS.

**Consórcio Ferroviário Brasileiro:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 40%, na execução das obras CPTM São Paulo.

**Consórcio Sultepa/CBM:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 55% na execução dos serviços de conserva rotineira em rodovia do DAER no 15º Distrito Operacional São Francisco de Paula/RS.

**Consórcio BRT Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução de pavimentação do BRT da Av. Bento Gonçalves – trecho entre a Av. Antonio de Carvalho e a Av. Princesa Isabel na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio BRT Protásio Alves:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 1% nas obras de execução da pavimentação do BRT Protásio Alves – trecho da Av. Saturnino de Brito até a Rua Sarmento Leite, sob o regime de empreitada na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio TBS:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 50% na execução da infraestrutura e pavimentação do corredor da Av. Padre Cacique/Av. Edvaldo Pereira Paiva (Beira Rio) – trecho 3 na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Viaduto Pinheiro Borda:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda participa com 42,50% na construção do viaduto estaiado da Rua Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Beira Rio:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda, participa com 50% entre o complexo Beira Rio e a Av. Pinheiro Borda na cidade de Porto Alegre/RS.

**Consórcio Santa Maria:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda. participa com 51% na execução de serviços referentes ao Programa CREMA 1ª. etapa na Rodovia BR/158 na cidade Santa Maria/RS.

**Consórcio Nova Bento:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 1% nas obras de entroncamento da Av. Bento Gonçalves e da III Perimetral (Av. Aparício Borges) na cidade de Porto Alegre/RS.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Consórcio Travessia:** a controlada Sultepa Construções e Comércio Ltda., participa com 67% na elaboração de projeto básico e executivo das obras de duplicação, restauração de pista, implantação de ruas laterais e construção de obras de arte especiais na BR/158 e BR/287 (Travessia Urbana de Santa Maria).

Os quadros abaixo, com as movimentações de consórcios, evidenciam e comprovam que os resultados apurados são irrelevantes no período, porque os mesmos foram ou estão sendo finalizados. A maioria destas obras estavam vinculadas as obras municipais da copa de 2014.

## CONTROLADORA

	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	RESULTADO ACUM	TOTAL
CONESUL	0	0	180	180	0	0	180	180
CCS	173	0	2	175	18	0	157	175
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>0</b>	<b>182</b>	<b>355</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>337</b>	<b>355</b>

## CONSOLIDADO

	ATIVO				PASSIVO				DRE		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	RESULTADO ACUM	TOTAL	RECETA LÍQUIDA	CUSTO/ DESPESA	RESULT PERÍODO
CONESUL	1	0	180	181	0	0	181	181	0	0	0
CCS	187	103	2	292	21	14	257	292	0	0	0
PSP/SPP/SPP1	0	1.321	0	1.321	0	829	492	1.321	0	0	0
SULTEPA/CONVAP	1.209	0	20	1.229	255	2.552	(1.578)	1.229	359	(592)	(233)
SULTEPA/PEDRASUL A E B	4	5.066	0	5.070	2.052	5.151	(2.133)	5.070	0	(1.430)	(1.430)
PADRE CACIQUE	2.137	403	0	2.540	108	3.101	(669)	2.540	2.004	(218)	1.786
FERROVIÁRIO BRASILEIRO	588	0	2	590	598	409	(417)	590	0	(147)	(147)
CBM	805	10	0	815	85	31	699	815	(26)	(87)	(113)
BEIRA RIO	487	0	4	491	11	829	(349)	491	514	(140)	374
NOVA BENTO	2.527	0	2	2.529	316	2.539	(326)	2.529	100	(93)	7
BRT BENTO	587	0	0	587	58	586	(57)	587	8	(6)	2
BRT PROTASIO	1.050	1	0	1.051	141	1.135	(225)	1.051	25	(35)	(10)
PINHEIRO BORDA	1.728	0	5	1.733	71	1.051	611	1.733	(7)	(337)	(344)
TBS	1.573	1.336	0	2.909	83	1.550	1.276	2.909	2	(180)	(178)
SANTA MARIA	0	0	0	0	0	466	(466)	0	0	0	0
TRAVESSIA	16.640	0	8	16.648	4.237	1.174	11.237	16.648	11.034	(11.207)	(173)
<b>TOTAL</b>	<b>29.523</b>	<b>8.240</b>	<b>223</b>	<b>37.986</b>	<b>8.036</b>	<b>21.417</b>	<b>8.533</b>	<b>37.986</b>	<b>14.013</b>	<b>(14.472)</b>	<b>(459)</b>

## 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social autorizado é de R\$ 193.986, sendo que está subscrito e integralizado o valor de R\$ 130.000.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a composição acionária do capital subscrito e integralizado era a seguinte:

Tipo	Quantidades
Ordinárias	7.489.720
Preferenciais	5.110.280
	-----
Total	12.600.000

### b) Reserva Legal

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício, nos termos do art.193 da Lei 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

Lucro Líquido do Exercício	28.350
(-) Prejuízos Acumulados	(13.159)
(=) Base de Cálculo p/Reserva Legal	15.191
(-) Reserva Legal 5%	760
(=) Reserva de Retenção de Lucros	14.431

## c) Reserva de Retenção de Lucros

Foi constituída em decorrência da atual situação da companhia, que encontra-se em recuperação judicial, uma reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 14.431 conforme art.196 da Lei 6.404/76.

## d) Reservas de Reavaliações

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora e das controladas, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes à reserva de reavaliação está classificados no passivo não circulante. A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

## e) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao valor apurado na avaliação a valor justo de determinados ativos imobilizados da Companhia e das controladas (terrenos, edificações, maquinas e equipamentos e veículos), de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10.

## 26. DIVIDENDOS

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais o direito ao recebimento do dividendo obrigatório 10% superior àquele atribuído às ações ordinárias. De resto as ações preferenciais usufruirão dos demais direitos sociais, com exceção do direito de voto, e terão prioridade no reembolso no caso de liquidação da Companhia.

Devido a Companhia estar em recuperação judicial, não foram distribuídos dividendos no exercício.

## 27. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com NBCTG 41(R1) - (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta abaixo as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Resultado do exercício	16.851	11.499	(10.372)	(7.077)
Média ponderada de ações emitidas ( em milhares)	7.490	5.110	7.490	5.110
Resultado por ação - básico e diluído	2,25	2,25	(1,38)	(1,38)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**a) Gerenciamento de capital** – A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras e debenturistas conforme amplamente divulgado nas notas explicativas nº 14 e 21, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos. Os objetivos da Companhia ao administrar o seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para a aplicação em suas operações. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos) e debêntures, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

**b) Práticas contábeis significativas** – os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido estão descritas na nota explicativa nº 2.

**c) Categorias dos instrumentos financeiros** - A administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. Os saldos das rubricas empréstimos e financiamentos e debêntures são atualizados monetariamente com base nos índices contratados, que se assemelham aos valores de mercado. Podendo ocorrer diferenças temporais, se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado		Valor contábil e valor de mercado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativos Financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	11	11	8.183	367
Clientes	1.116	1.159	7.129	10.158
	1.127	1.170	15.312	10.525
Passivos Financeiros				
Outros Passivos				
Empréstimos e debêntures	145.828	122.104	202.611	168.148
	145.828	122.104	202.611	168.148

**d) Risco de crédito** - a Companhia atua basicamente no mercado de obras públicas, as quais são contratadas através de licitações. Portanto, o risco de crédito fica substancialmente minimizado. Para as operações que geram risco de crédito, a Companhia e suas controladas mantém um acompanhamento criterioso de seus clientes, e no caso de ocorrer eventuais perdas, a Companhia faz o registro destas perdas eventuais através da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**e) Risco de mercado** – Os negócios da Companhia e controladas compreendem, essencialmente, a execução de obras de construção pesada, nos quais predominam contratos com os governos federal, estaduais e municipais. Estes contratos são executados sob o regime de empreitada, sempre licitados e contratados conforme a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos da administração pública.

Recentemente, foi criado o RDC - Regime Diferenciado de contratação que se constitui em uma nova modalidade de contratação de obras públicas, pela Lei 12.462 de 04 de agosto de 2011 e regulamentada pelo decreto 7.581 de 11 de outubro de 2011, com o objetivo de tornar mais célere a contratação das obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Posteriormente sua abrangência foi estendida pelo governo para todas as obras do PAC.

Uma das inovações implantadas pelo RDC é o regime de contratação integrada, que permite ao contratado desenvolver também o projeto da obra, e não somente sua execução.

Outra inovação é a gestão de risco. O DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, maior contratante de obras por esta legislação, desenvolveu um modelo matemático para precificação do risco para a contratada que se responsabilizar pela obra.

Os riscos de mercado decorrentes de obra contratada pelo regime de empreitada são aqueles decorrentes da evolução do custo dos insumos que compõem o preço, e consequentemente da própria formação dos preços.

Para o primeiro caso, existe a previsão legal do reajustamento de preços nos contratos assinados, calculado e aplicado com periodicidade anual, com a utilização de índices setoriais que melhor representa esta evolução. Estes índices são calculados e publicados mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o segundo caso, a Companhia, através de seus departamentos técnicos, planejamento e de orçamento, analisa cada projeto, aplicando a sua experiência e seus índices de produtividade na formação de preços.

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

É de se salientar, que em caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos contratos, tanto na Lei nº 8.666/93, quanto o novo instituto do RDC, possuem dispositivos que permitem a restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, que é preceito constitucional.

f) **Risco de liquidez** - Representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras. A Administração, conforme descrito na nota explicativa nº 1, está analisando a capacidade de geração de caixa através de mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter a atual posição. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos derivativos, contudo possuem exposição a risco de taxa de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures.

A seguir, são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros, os quais estão apresentados nas notas explicativas nº14 e 21:

Descrição	Controladora	Consolidado
	31.12.2015	31.12.2015
<b>INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS</b>		
Vencidos	37.349	93.738
Vencimento até 31/03/2016	816	816
Vencimento ATÉ 31/12/2018	7.325	7.719
	<b>45.490</b>	<b>102.273</b>
<b>DEBÊNTURES</b>		
Vencidos	49.700	49.700
Vencimento até 31/12/2022	50.638	50.638
	<b>100.338</b>	<b>100.338</b>

## 29. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros em que considera a concentração de riscos e a relevância de seus ativos e de suas obras. As principais coberturas de seguros vigentes em 31 de dezembro, referem-se a veículos e seguro garantia de obras, o que é considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Descrição	Tipo de seguro	Importância Segurada	
		31.12.2015	31.12.2014
Veículos	Terceiros	2	1.800
Execução de Obras	Garantia	1.500	30.663
<b>Total</b>		<b>1.502</b>	<b>32.463</b>

## 30. RECEITA LÍQUIDA

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>8.077</b>	<b>19.802</b>	<b>44.539</b>	<b>103.857</b>
Receitas de Obras p/Empreitada	101	2.427	10.241	42.085
Receitas com Vendas de materiais	7.969	5.206	18.627	20.210
Receitas com Consórcios	-	-	15.534	40.907
Receita com Locação de Equipos	7	12.169	137	655
<b>IMPOSTOS</b>	<b>(865)</b>	<b>(2.014)</b>	<b>(4.630)</b>	<b>(8.476)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>7.212</b>	<b>17.788</b>	<b>39.909</b>	<b>95.381</b>

## 31. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

DESPESAS POR FUNÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Custos com Obras por Empreiteira	(21.219)	(17.883)	(51.696)	(93.568)
Despesas Gerais e Administrativas	(23.813)	(36.210)	(38.455)	(49.324)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	37.246	22.967	44.590	26.942
<b>Total</b>	<b>(7.786)</b>	<b>(31.126)</b>	<b>(45.561)</b>	<b>(115.950)</b>

DESPESAS POR NATUREZA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação e Amortização	(4.611)	(4.835)	(6.699)	(7.623)
Despesas com Pessoal	(6.134)	(7.352)	(15.074)	(23.135)
Materiais, energia, serviços de terceiros, outros e fretes	(15.538)	(41.906)	(41.371)	(112.134)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	18.497	22.967	17.583	26.942
<b>Total</b>	<b>(7.786)</b>	<b>(31.126)</b>	<b>(45.561)</b>	<b>(115.950)</b>

## 32. RESULTADO FINANCEIRO

# CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
<b>Despesas Financeiras:</b>				
Lei 11.941/2009 e 12.996/2014	(9.178)	(6.096)	(11.554)	(6.866)
Atualização de debêntures	(18.482)	(12.257)	(18.482)	(12.257)
Encargos financeiros s/tributos	(2.465)	(2.192)	(3.702)	(4.156)
Encargos s/financiamentos	(10.261)	(4.978)	(21.256)	(13.955)
Juros pagos/apropriados	(18.285)	(16.247)	(11.176)	(13.450)
Demais despesas financeiras	(238)	(937)	(2.461)	(2.592)
<b>Total</b>	<b>(58.909)</b>	<b>(42.707)</b>	<b>(68.631)</b>	<b>(53.276)</b>
<b>Receitas Financeiras:</b>				
Atualização proc.trânsito julgado	50.156	31.161	100.508	63.339
Juros recebidos/apropriados	365	319	4.404	4.034
Descontos obtidos	3.541	617	5.401	4.435
Demais receitas financeiras	-	21	4	207
<b>Total</b>	<b>54.062</b>	<b>32.118</b>	<b>110.317</b>	<b>72.015</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(4.847)</b>	<b>(10.589)</b>	<b>41.686</b>	<b>18.739</b>

### 33. COMPATIBILIZAÇÃO DAS DÍVIDAS

Diante da atual situação financeira que a Companhia vem enfrentando, a alta administração implantou em todo o Grupo Econômico, um Planejamento Estratégico com monitoramento de forma ampla em todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo feitos ajustes de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no Planejamento, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo, com destinação de maiores recursos para obras que estão gerando maiores resultados. A Companhia criou um Fluxo de Caixa projetado com reenquadramento de custos e despesas fixas, para adequação ao ponto de equilíbrio com a conseqüente revisão e redução de todas as despesas por departamento.

O Grupo encerrou o exercício de 2015 com efetivo de 284 colaboradores com uma redução de 56,46% do quadro funcional. A folha de pagamento teve uma redução de 37,12%, mantendo apenas benefícios de alimentação, transporte e saúde.



# Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

AOS

DD. ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA

CONSTRUTORA SULTEPA S.A.

PORTO ALEGRE – RS

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfases

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 33, de que diante da situação econômica e financeira que a Companhia e suas controladas vêm enfrentando, a Administração elaborou um plano operacional que foi implantado em todo o Grupo Econômico e está monitorando de forma ampla todas as unidades/obras para um melhor acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. No dia 03 de julho de 2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial, juntamente com as demais empresas do Grupo, nos termos do art. 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual foi homologado em 09 de julho de 2015, pela Comarca de Porto Alegre/RS - Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências, sob nº 001/1.15-0114361-2 (CNPJ: 0163234-77.2015.8.21.0001). Em 27 de julho de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou e ratificou o Pedido de Recuperação Judicial. Em 24 de agosto de 2015, foi publicado o Edital contendo a lista de credores para que os interessados apresentassem ao Administrador as habilitações ou contestações dos seus créditos e no dia 21 de setembro de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial, sendo que estes dois eventos, ainda encontram-se em processo de análise. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 468.044 mil e consolidado em R\$ 873.097 mil, em 31 de dezembro de 2015. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 238.305 mil (controladora) e R\$ 241.901 mil (consolidado). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a Companhia e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31 de dezembro de 2015, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 61.593 mil (consolidado - R\$ 65.188 mil). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a Companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 25, e evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em decorrência da atual situação da Companhia, que encontra-se em recuperação judicial, o resultado apresentado no exercício, após a constituição da reserva legal foi para reserva de retenção de lucros. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de junho de 2016.

UHY MOREIRA - AUDITORES

CRC RS 3717

DIEGO ROTERMUND MOREIRA

Contador CRC RS 68603

CNAI Nº 1128

Sócio - Responsável Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/490, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras apresentadas e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2016.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/490, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras apresentadas e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2016.

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**RICARDO LINS PORTELLA NUNES**

Presidente

**ASTIR BRASIL SANTOS E SILVA**

Vice-Presidente

**POMPÍLIO VIEIRA LOGUÉRCIO**

Conselheiro

**JAIME BARRIOS DA COSTA**

Conselheiro

**ÂNGELO LÚCIO VILLARINHO DA SILVA**

Conselheiro

### **DIRETORIA**

**RICARDO LINS PORTELLA NUNES**

Diretor Presidente e Relações com Investidores

**SÉRGIO MATTOS**

Diretor Administrativo e Financeiro

**Carla Evonise Cristina Wick – Contadora – CRC/RS 54.404/0-7**